



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
***CAMPUS* CHAPECÓ**  
**CURSO DE AGRONOMIA**

**LUANA KOLING LORENZI**

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM COOPERATIVAS DA**  
**AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA**

**CHAPECÓ**  
**2021**

**LUANA KOLING LORENZI**

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM COOPERATIVAS DA  
AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de  
grau de Bacharel em Agronomia- ênfase em  
Agroecologia, da Universidade Federal da  
Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. João Guilherme Dal  
Belo Leite

**CHAPECÓ - SC**

**2021**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Lorenzi, Luana Koling  
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM COOPERATIVAS DA  
AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA / Luana Koling  
Lorenzi. -- 2021.  
47 f.

Orientador: Doutor João Guilherme Dal Belo Leite

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Bacharelado em Agronomia, Chapecó, SC, 2021.

1. Ação Coletiva. Desenvolvimento Rural. Participação  
Feminina.. I. Leite, João Guilherme Dal Belo, orient.  
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

LUANA KOLING LORENZI

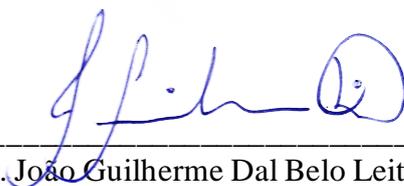
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM COOPERATIVAS DA AGRICULTURA  
FAMILIAR DE SANTA CATARINA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia ênfase em Agroecologia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

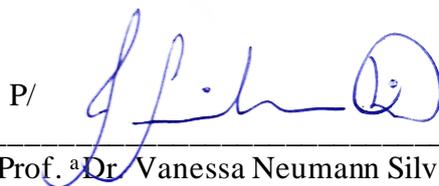
Orientador: Prof. Dr. João Guilherme Dal Belo Leite

Aprovado em: 07/05/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. João Guilherme Dal Belo Leite - UFFS  
Orientador

P/ 

Prof.ª Dr. Vanessa Neumann Silva - UFFS  
Avaliadora

P/ 

Prof.ª Dr. Inês Claudete Burg – UFFS  
Avaliadora

## AGRADECIMENTOS

Esta página me fará lembrar das emoções e aflições deste período, das pessoas que me ajudaram, das descobertas e, principalmente, da satisfação do objetivo alcançado. Por isso é que sinceramente agradeço:

A Deus por iluminar e guiar sempre a minha vida.

Aos meus pais, Alidio e Ivone, pelo amor incondicional ao longo da vida e da jornada acadêmica, por proporcionaram os meios para que eu pudesse chegar ao fim da graduação, pela compreensão em momentos de ausência, pelo apoio infinito, por tudo que fizeram e fazem por mim e por meus irmãos, que por muitas vezes tiveram que renunciar aos seus sonhos para que eu pudesse realizar o meu. A vocês, eu devo a vida e todas as oportunidades que nela tive e que espero um dia poder lhes retribuir. Amo vocês.

Aos meus avós paternos Evaristo e Madalena “in memoriam” e maternos Arlindo “in memoriam” e Diomira, pela infância feliz, pelo colo, cuidado, amor, e por terem me dado pais tão maravilhosos, agradeço eternamente.

A minha irmã Cauana, pela vida que compartilhamos, pela amizade, pelo amor e pelo auxílio na concretização deste trabalho, sem tua ajuda nada disso seria possível.

A meu irmão Lorenzo, pelo carinho, amor, e sua alegria que me contagiava mesmo nos dias de incerteza e desânimo que a vida acadêmica proporcionava, você foi luz nos dias escuros.

A minha irmã Alicia que acabou de chegar ao mundo, trazendo muito amor para nossa família.

Ao meu namorado Mateus, pelo apoio e amor incondicional desde o início dessa caminhada. Não há como deixar de reconhecer sua contribuição no meu crescimento, sempre com respeito e carinho comigo, assim como todos da sua família. Obrigada pelo auxílio na realização desse trabalho, pelos momentos de consolo, compreensão, paciência e amor, que foram essenciais para mim.

Ao meu orientador João Guilherme Dal Belo Leite, agradeço a confiança e a oportunidade de crescimento acadêmico e pessoal.

A Universidade Federal da Fronteira Sul, pelas oportunidades concedidas ao longo da graduação, à todos os professores, amigos, colegas e membros da instituição que atuaram diretamente ou indiretamente na realização deste sonho.

Por fim agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse sonho. **MUITO OBRIGADA!**

## RESUMO

A igualdade de gênero é um tema atual e muito importante ao desenvolvimento sustentável, principalmente em regiões em desenvolvimento como o Brasil. Em 2015 foi incluído entre os Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que estabelece uma agenda para desenvolvimento sustentável até 2030. O principal objetivo deste estudo é identificar a participação e contribuição das mulheres na gestão e desenvolvimento de cooperativas da agricultura familiar no estado de Santa Catarina. A coleta de dados foi realizada entre dezembro de 2019 e agosto de 2020, com a utilização de um questionário online, elaborado através de uma lista de perguntas semiestruturadas aos dirigentes e/ou lideranças das cooperativas. As entrevistas foram compostas por questões objetivas e descritivas contendo a descrição das cooperativas, perfil dos agricultores associados, bem como sobre as mulheres e suas relações com a cooperativa. Os resultados indicam que a participação feminina na gestão da cooperativa, seja no conselho de administração, fiscal ou na assembleia geral é pequena. Apesar da baixa participação feminina, as cooperativas reconhecem que as mulheres são as principais responsáveis pelas atividades econômica desenvolvidas, com destaque para hortifrutigranjeiros, agroindústria e leite. A clara contradição entre o papel da mulher na etapa produtiva (agrícola) e decisória (cooperativa) é um indicativo da desigualdade de gênero nas cooperativas da agricultura familiar estudadas. Algumas cooperativas (28%) desenvolvem estratégias para a promoção da mulher. No entanto, estas iniciativas têm pouca relação com ações efetivas de empoderamento feminino, com foco no aumento da participação das mulheres nas instâncias de tomada de decisão.

Palavras-chave: Ação Coletiva. Desenvolvimento Rural. Participação Feminina.

## **ABSTRACT**

Gender equality is a current and very important issue for sustainable development, especially in developing regions like Brazil. In 2015 it was included among the United Nations Sustainable Development Goals, which establishes an agenda for sustainable development by 2030. The main objective of this study is to identify the participation and contribution of women in the management and development of family farming cooperatives in the state of Santa Catarina. Data collection was carried out between December 2019 and August 2020, using an online questionnaire, prepared through a list of semi-structured questions to the managers and / or directors of the cooperatives. The interviews were composed of objective and descriptive questions containing the description of the cooperatives, profile of the associated farmers, as well as about women and their relations with the cooperative. The results indicate that the female participation in the management of the cooperative, whether on the board of directors, inspector or at the general meeting is small. Despite the low participation of women, the cooperatives recognize that women are the main responsible for the economic activities developed, with emphasis on fruit, agroindustry and milk. The clear contradiction between the role of women in the productive (agricultural) and decision-making (cooperative) phases is indicative of gender inequality in the family farming cooperatives studied. Some cooperatives (28%) develop strategies to promote women. However, these initiatives have little to do with effective female empowerment actions, with a focus on increasing women's participation in decision-making bodies.

**Key words:** Collective Action. Rural Development. Women's Participation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Receita anual média das cooperativas .....	24
Figura 2 - Número de associados homens, número de associadas mulheres e número total de associados .....	25
Figura 3- Principais serviços prestados pela cooperativa .....	27
Figura 4 - Principais produtos comercializados pela cooperativa .....	29
Figura 5 - Principais mercados para venda de produtos agrícolas.....	31
Figura 6 - Tamanho das propriedades rurais.....	31
Figura 7 - Importância da mulher nas atividades agrícolas desenvolvidas pelos associados.....	32
Figura 8 – Atividades produtivas nas quais a mulher se destaca.....	34
Figura 9 – Participação da mulher nas discussões realizadas durante a assembleia geral .....	36

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de cooperativas entrevistadas por município e região do estado de Santa Catarina.....	20
Tabela 2 - Distribuição e frequência (%) de cooperativas entrevistadas.....	22
Tabela 3 - Ano de fundação e proporção de cooperativas .....	23
Tabela 4 – Número de associados, participação absoluta e relativa de mulheres e homens .....	26
Tabela 5 – Participação de homens e mulheres no conselho fiscal e administrativo .....	35

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.2 OBJETIVOS .....	13
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>14</b>
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR.....	14
2.2 COOPERATIVISMO.....	15
2.3 IGUALDADE DE GÊNERO.....	17
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>20</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>38</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>39</b>
<b>7. APÊNDICE - Questionário.....</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em setembro de 2015, durante reunião das Nações Unidas, foi criada a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, a qual consiste em um plano de ações com foco na redução da pobreza, segurança alimentar e a conservação ambiental. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade (UNDP, 2016).

Dentre estas ações encontram-se os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, sendo o 5º objetivo a igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas, ou seja, entende-se que para se ter desenvolvimento sustentável é fundamental que a igualdade entre homens e mulheres seja alcançada.

A igualdade de gênero é um tema atual e muito importante ao desenvolvimento sustentável, principalmente em regiões em desenvolvimento como o Brasil. Quando pensamos em igualdade de gênero no meio rural, o volume de trabalhos acadêmicos ainda é muito escasso. Um exemplo disso são as mulheres rurais, que somente a partir de 1990 passaram a ser reconhecidas como trabalhadoras, passando a ter direitos trabalhistas como aposentadoria e salário maternidade (AIMTR-SUL, 1994).

Na agricultura o trabalho é definido de acordo com o sexo de quem o realiza, ou seja, quando realizado por homens é considerado pesado e quando realizado pelas mulheres é considerado leve. Apesar das mulheres realizarem as mesmas atividades que os homens, elas ainda possuem dupla ou tripla jornada de trabalho, o trabalho realizado por elas não é reconhecido sendo considerado como uma ajuda (PAULILO, 1987).

Assim, mesmo realizando inúmeras atividades dentro unidade familiar, elas não têm acesso a renda gerada pelo seu trabalho e não participam das decisões sobre a gestão da propriedade rural, gerando um comprometimento de sua autonomia pessoal e financeira (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011). Paulilo (2003) afirma que o trabalho, remunerado ou não, possui grande relevância para o pensamento feminista. Sendo o trabalho remunerado, de grande importância pois, é ele quem garante a independência e autonomia da mulher.

A partir do momento que as mulheres passam a questionar sua condição social no espaço rural, elas conseguem elaborar estratégias para tentar mudar sua realidade (STROPASOLAS, 2004). Neste sentido o cooperativismo pode ser uma ferramenta para a superação desta condição social onde o trabalho da mulher não é valorizado e a mesma não possui independência.

Tendo em vista a invisibilidade do trabalho realizado pela mulher e a necessidade de valorização e reconhecimento do seu trabalho e desta como trabalhadora rural, é importante explorar alternativas para participação de mulheres em cooperativas rurais, de forma que possam contribuir para a produção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres (SALVARO et al, 2014).

Pesquisas realizadas em cooperativas da agricultura familiar da região Sul de Santa Catarina mostram que a participação feminina tem aumentado (ESTEVAM, LAZARINI & KULKAMP, 2011). Contudo, segundo Novellino (2016) as mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres que os homens. Conforme dados do IBGE (2014), as mulheres trabalham, três horas por semana a mais do que os homens, possuindo uma tripla jornada de trabalho. Contando com um nível educacional mais alto, elas ganham menos do que os homens.

De acordo com Oit (2017), a igualdade de gênero principalmente no mercado de trabalho geraria 204 milhões de empregos no mundo até 2025. Estes empregos proporcionariam um aumento de 3,9% no produto interno bruto (PIB) mundial, e em sua maioria, seriam gerados em países emergentes, pois nestes são encontradas maiores desigualdade de gênero.

Este estudo pretende caracterizar como ocorre a participação de mulheres nas cooperativas de agricultura familiar no estado de Santa Catarina, tendo como foco a igualdade de gênero como fermenta para superação das dificuldades expostas acima, as quais as mulheres enfrentam ao longo da história. Estas informações podem contribuir para a compreensão da relação da mulher agricultora com a tomada de decisões e sua autonomia dentro e fora da propriedade rural.

## **1.2 OBJETIVOS**

Nos próximos parágrafos serão apresentados o objetivo geral e específicos deste trabalho.

### **1.2.1 OBJETIVO GERAL**

Ganhar conhecimento sobre a participação e contribuição das mulheres na gestão e desenvolvimento das cooperativas da agricultura familiar no estado de Santa Catarina.

### **1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Caracterizar as cooperativas da agricultura familiar, quanto aos aspectos produtivos e socioeconômicos.
- Quantificar a participação das mulheres na gestão da cooperativa, seja no conselho de administração, fiscal ou na assembleia geral.
- Explorar a relação das mulheres com as atividades de produção agropecuária e sua importância para a sustentação das cooperativas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 AGRICULTURA FAMILIAR**

Segundo Abramovay (1997), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, da propriedade e a maior parte do trabalho vem de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento.

De acordo com a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2016) considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo Schneider (2003, p. 29):

A emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira parece ocorrer, quase simultaneamente, em duas esferas distintas, no início da década de 1990. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais, especialmente o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tiveram nas discussões acerca do espaço e o papel dos agricultores familiares, especialmente os da região Sul do Brasil, no processo de integração comercial e econômica dos países que formam o Mercosul e, de outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, no referido período, e que introduziram a expressão.

Até o início da década de 1990 os agricultores familiares não contavam com nenhum tipo de política pública, adaptadas a sua realidade. A criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996 foi uma grande conquista para os agricultores e agricultoras que até então eram negligenciados e não possuíam acesso a diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional (MATTEI 2014).

Segundo os dados do censo agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar está presente em 3.897.408,00 estabelecimentos agrícolas o que representa 77% dos

estabelecimentos agrícolas do Brasil, ocupando apenas 23% da área agricultável e respondendo por 23% do valor total da produção agropecuária.

## 2.2 COOPERATIVISMO

Sabe-se que a Revolução Industrial com a mecanização e modernização tomou o trabalho muito mais eficiente. No entanto, este processo fez com que muitos trabalhadores perdessem seus empregos ficando em situações precárias de pobreza.

Segundo Sabourin (2006), o movimento cooperativista teve início no século XIX com o objetivo de buscar soluções para os problemas socioeconômicos da época, oriundos do liberalismo econômico e da Revolução Industrial. Nesta fase, as dificuldades para aprovação de acordos de trabalho eram imensas, gerando opressão, baixos salários, péssimas condições de trabalho, mão de obra infantil e jornada de trabalho de 16 horas por dia. Foi neste ambiente que nasceu a cooperação e criou-se um novo estilo de vida (REISDORFER, 2014).

Em 1832, no começo do movimento cooperativista, em um congresso de cooperados de Londres, foi sancionada a decisão de que à cooperação não se aplica nenhuma doutrina religiosa, irreligiosa, política ou apolítica (REISDORFER, 2014).

De acordo com Leal (2013) o movimento cooperativista surge em 1844 em Manchester, Inglaterra, com os pioneiros de Rochdale, onde 28 operários (27 homens e uma mulher), na sua maioria tecelões, fundaram a primeira cooperativa moderna (Sociedade dos Probos de Rochdale).

O êxito obtido pelos tecelões de Rochdale foi de extrema importância para a formação de inúmeras outras cooperativas (FARIAS, 2013), e colaborou para que empreendimento sobrevivesse às duas grandes guerras e se tornasse símbolo do cooperativismo, tanto que seus princípios são seguidos até hoje pelas cooperativas no mundo todo (REISDORFER, 2014).

Segundo Farias (2013), o cooperativismo moderno tem suas origens nas consequências das crises econômicas e sociais provocadas pela Revolução Industrial do século XIX. Sendo considerado por muitos pensadores como um sistema adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender as necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores.

Para Lauschner (1994), o cooperativismo é um modelo de economia solidária que procura maximizar o predomínio do fator trabalho sobre o fator capital. Desta forma,

tornando-se uma alternativa para inclusão dos agricultores em um mundo globalizado e competitivo (PIRES, 2010).

Foram definidos então os sete princípios básicos do cooperativismo, os quais são segundo Leal (2013, p.398):

Adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, e interesse pela comunidade. Somados a os princípios básicos, são valores do cooperativismo: a ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

O cooperativismo surgiu no Brasil no final do século XIX, com a criação da primeira cooperativa de consumo no estado de Minas Gerais na cidade de Ouro Preto. Após esta iniciativa, outros Estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, e Rio Grande do Sul também foram sede das primeiras cooperativas criadas no Brasil (BALDISSARELL, 2018).

Gianezini (2010) afirma que o cooperativismo possui um importante papel no mundo, pois consiste em uma ferramenta de mudança e de oportunidade para muitos produtores rurais. As cooperativas agrícolas, não apenas se tornaram o elo entre a agricultura familiar e os sistemas modernos de produção, também articularam produtores, instituições públicas de fomento e mercado consumidor (SABOURIN, 2006).

Desta forma, o papel do cooperativismo na agricultura tem sido reconhecido, por oferecer estabilidade e segurança para os agricultores familiares que enfrentam com muita dificuldade os desafios competitivos apresentados pelo dinamismo do mercado agrícola moderno (ANDRADE E ALVES, 2013). Nesse sentido, Pires (2010) afirma que as cooperativas são concebidas pela sua capacidade de organizar o espaço e a produção rural, dessa forma potencializam as vantagens competitivas da agricultura familiar. Segundo dados da Ocesc (2018) em 2018 Santa Catarina registrou 258 cooperativas, sendo 17 do ramo agropecuário; as cooperativas Catarinenses tiveram incremento de 7,41% no seu quadro social, em comparação a 2017. O ramo crédito lidera a estatística com 1,7 milhão de cooperados, apresentando crescimento de 11,87%. Os mesmos dados apontam uma evolução do número de mulheres no quadro de associados, porém quando analisados estes dados por ramo podemos perceber que o aumento significativo ocorreu no ramo de crédito. Neste sentido a OCESC também desenvolve programas destinados a mulheres e

juventude. No ano de 2016 foram realizados 206 eventos com mais de 20 mil participantes, entre eles a edição especial de 15 anos do Encontro de Mulheres Cooperativistas, onde pode-se reafirmar a importância do papel exercido pela mulher no cooperativismo (OCESC, 2016).

### **2.3 IGUALDADE DE GÊNERO**

A palavra sexo refere-se aqui às diferenças biológicas que existem entre homens e mulheres. Gênero, por sua vez, é compreendido como às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo feminino ou masculino e as interações e relações sociais entre homens e mulheres (IBGE, 2018).

Para Arzabe (2018), gênero pode ser compreendido como as relações, papéis, comportamentos, atividades e atributos de uma determinada sociedade, que ocorrem em determinado tempo e espaço, os quais são considerados adequados ou não para mulheres e homens, sendo um conceito variável no tempo e no espaço.

Segundo Gaspareto (2009), as relações de gênero estabelecem relações de poder que podem ser evidenciadas pela divisão e organização do trabalho agrícola, no acesso a renda, entre outros.

Arzabe (2018, p. 12) destaca que:

Em todas as sociedades houve, no passado, e há ainda na atualidade, diferenças de gênero, maiores ou menores, e, na maioria delas, as desigualdades entre mulheres e homens são evidenciadas nas responsabilidades que lhes são atribuídas, nas atividades realizadas, acesso e controle sobre recursos (incluindo informação e conhecimento, trabalho remunerado, renda e crédito, bens móveis – como equipamentos e ferramentas –, bens imóveis – como casa e terra –, e tempo), bem como oportunidades quanto à tomada de decisão, expressando relações de poder.

Quando pensamos sobre gênero no meio rural, podemos observar que ocorreram muitos avanços e conquistas ao longo do tempo, porém ainda há muitos obstáculos a serem ultrapassados como, por exemplo, a dependência financeira e a hegemonia ideológica dos homens (ALLEN, 2002), a associação do trabalho agrícola ao sexo masculino (BRANDTH, 2006), além dos obstáculos naturalizados pela família, comunidade e pela própria mulher (SUÁREZ, 2008).

A inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu de forma gradual e progressiva e, em algumas regiões desenvolvidas, a mulher tem uma importante participação em vários ramos da economia (LEAL, 2013).

No entanto, a participação feminina no mercado de trabalho não ocorre de maneira igualitária, pois existe segundo Kergoat (2009) uma divisão sexual do trabalho, onde verifica-se a separação entre o trabalho realizado pelo homem e o trabalho realizado pela mulher, sendo que as atividades realizadas pelos homens são consideradas produtivas e as realizadas pelas mulheres são consideradas reprodutivas.

Para Leal (2013), apesar da mulher exercer as mesmas funções que o homem, seja na cidade ou no campo, seu trabalho vale menos e é considerado apenas como complemento da renda familiar.

Frequentemente, o trabalho realizado pelas mulheres na agricultura não é reconhecido. De acordo com De Heredia e Cintrão (2012), as mulheres se responsabilizam pela horta (quintal) e animais de pequeno porte destinados ao autoconsumo da família. Por não gerarem moeda (embora tenham valor econômico), não são consideradas como trabalho válido. Assim, pode-se perceber que o trabalho executado pelas mulheres no meio rural, na maioria das vezes, não é valorizado e reconhecido, embora tenham grande importância no desenvolvimento social e econômico (LEAL, 2013).

De acordo com Marcone (2009), mesmo as mulheres realizando a maioria do trabalho na agricultura e serem as produtoras da maior parte dos alimentos consumidos, ainda assim o trabalho realizado por elas não é reconhecido, sendo que estas detêm menos de 2% das terras cultiváveis, recebem somente 1/3 da renda mundial.

Pesquisando mulheres rurais da região de Devon (UK), Gasson, Shaw e Winter (1992) descobriram que, mesmo quando o marido possui emprego fora da propriedade e quem trabalha na propriedade é a mulher, está ainda não participa da administração da propriedade e não toma as decisões importantes para o bom funcionamento desta. A participação da mulher nas decisões importantes da propriedade só aumenta quando ela e o marido trabalham fora da propriedade (PAULILO, 2003).

Em uma pesquisa realizada pelo Comitê das Organizações Profissionais Agrícolas da Comunidade Econômica Europeia (COPA, 1988), nos anos setenta ocorreu na Europa uma reação das mulheres rurais à dureza do trabalho agrícola, estando presente a aspiração de serem apenas donas de casa. De acordo a pesquisa, dez anos depois ocorre uma mudança no sentido da valorização das mulheres enquanto profissionais da

agricultura. No Brasil esta mudança também foi observada com a criação do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) (PAULILO, 2003).

De acordo com Leal (2013), muitos esforços vêm sendo feitos para aumentar a participação da mulher no setor do cooperativismo, um exemplo disso, é que em 1995, a Aliança Cooperativa Internacional, que representa o cooperativismo mundialmente, criou o Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe.

Outra iniciativa para aumentar a participação da mulher no cooperativismo, ocorreu em 2004 com a criação da Coopergênero, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (LEAL, 2013).

Esforços para alcançar igualdade de gênero também vêm sendo feitos dentro da Embrapa, em um levantamento realizado em 2016, identificou-se que apenas 30% do seu quadro é feminino. Desde então, esforços vêm sendo realizados para mudar esta realidade no quadro de funcionários (ARZABE, 2018).

O exposto acima condiz com as observações de outros autores, como Rigolin et al. (2013) e Cunha et al. (2014) que identificaram certas áreas do conhecimento como sendo tipicamente masculinas no Brasil, como é o caso das Ciências Agrárias.

As iniciativas de inclusão das mulheres no mercado de trabalho são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e produtiva, onde as mulheres possuam as mesmas oportunidades que os homens tanto na cidade como no campo.

### 3. METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido com cooperativas da agricultura familiar de cinco mesorregiões do estado de Santa Catarina, sendo estas Oeste, Norte, Serrana, Vale do Itajaí e Sul. A única região do estado sem representação de cooperativas é Grande Florianópolis.

Todas as cooperativas convidadas para participar da pesquisa são do ramo agropecuário e pertencem à agricultura familiar (1º critério de seleção). Cooperativas em diferentes regiões do estado (2º critério de seleção) foram convidadas para participar da pesquisa por e-mail. A lista de cooperativas convidadas inclui as que participaram do projeto de extensão da UFFS “Terra Solidária, multiplicando ações e sujeitos sociais”, com vigência entre 2017 e 2019 e as filiadas à União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária de SC (Unicafes-SC). Previamente ao envio dos convites, a coordenadora do projeto de extensão, assim como o diretor presidente da Unicafes SC foram consultados e concordaram com o compartilhamento dos endereços de e-mail das cooperativas.

Entre novembro de 2019 e julho de 2020, cerca de 44 cooperativas foram convidadas para participar da pesquisa. Destas, 14 responderem ao questionário (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de cooperativas entrevistadas por município e região do estado de Santa Catarina

Número de cooperativas	Município	Região
2	Chapecó	
1	Quilombo	
1	Lebon Régis	Oeste
1	Dionísio Cerqueira	
1	Coronel Martins	
1	Jaraguá do Sul	Norte
1	Lages	Serrana
1	São Joaquim	
1	Dona Emma	Vale do Itajaí
1	Taió	
1	Jaguaruna	
1	Braço do Norte	Sul
1	Forquilha	

Fonte: elaborado pela autora (2020)

A coleta de dados foi realizada entre dezembro de 2019 e agosto de 2020, com a utilização de um questionário online, elaborado através de uma lista de perguntas semiestruturadas aos dirigentes e/ou lideranças das cooperativas.

As entrevistas foram compostas por questões objetivas e descritivas contendo a descrição das cooperativas, perfil dos agricultores associados, bem como sobre as mulheres e suas relações com a cooperativa (Apêndice).

Segundo Bonni e Quaresma (2005), neste tipo de entrevista pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

A sistematização e análise das respostas colhidas foram realizadas com o auxílio de planilhas digitais e estatística descritiva (média, desvio padrão, mediana etc.), com o objetivo de identificar padrões e tendências que levaram a determinadas respostas e pôr fim a correlação entre o perfil das cooperativas e sistemas de produção com a participação da mulher na gestão e tomada de decisão.

Cabe destacar que as informações coletadas dizem respeito, exclusivamente, aos empreendimentos estudados (i.e., cooperativas da agricultura familiar), sendo estas de natureza pública. O que exclui a necessidade de tramitação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFFS), de acordo com o previsto no Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução N° 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). Mesmo assim, foi adicionado ao questionário um prefácio desenvolvido a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da UFFS, com informações sobre os objetivos da pesquisa, duração do questionário, não obrigatoriedade de resposta e a confidencialidade das informações compartilhadas.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as informações obtidas, a maior parte das cooperativas entrevistadas localizam-se ao Oeste do estado, representando 42,85% das cooperativas entrevistadas. As demais, 7,14% localizam-se no Norte, 14,29% na Serra e no Vale do Itajaí e 21,43 no Sul do estado (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição e frequência (%) de cooperativas entrevistadas

<b>Região</b>	<b>Número de cooperativas</b>	<b>Frequência (%)</b>
<b>Oeste</b>	6	42,85
<b>Norte</b>	1	7,14
<b>Serrana</b>	2	14,29
<b>Vale do Itajaí</b>	2	14,29
<b>Sul</b>	3	21,43
<b>Total</b>	14	100,00

Fonte: elaborado pela autora (2020)

Pelo ano de fundação, as cooperativas têm entre 6 e 25 anos (Tabela 3). A maioria foi fundada entre o final da década de 1990 e o início da década de 2000. Esta mesma tendência de crescimento também pode ser verificada quando analisamos os números de cooperativas filiadas a maior entidade representativa do cooperativismo brasileiro – a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). No ano de 1990, a OCB possuía 3.440 cooperativas afiliadas, número que saltou para 7.026 cooperativas em 2001, apresentando um crescimento de 104% ao longo da década de 1990 (SILVA, 2003).

Entre 1996 e 2000, a média anual de novas cooperativas foi de 2.193, muito superior à média de crescimento entre 1990 e 1995, que foi da ordem de 615 novas organizações por ano. Este fato é atribuído ao cenário econômico brasileiro que se instalou a partir de 1994, com o processo de estabilização monetária (Plano Real). Contribui também para isso, o processo massivo de terceirização das atividades públicas e privadas por meio das cooperativas, favorecido por um dispositivo legal – Lei no. 8.949/94 que altera o artigo 442 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (SILVA, 2003).

Tabela 3 - Ano de fundação e proporção de cooperativas

<b>Ano de fundação</b>	<b>Número de cooperativas</b>	<b>Proporção de cooperativas (%)</b>
<b>1995</b>	1	7%
<b>1999</b>	2	14%
<b>2003</b>	1	7%
<b>2004</b>	2	14%
<b>2006</b>	1	7%
<b>2009</b>	2	14%
<b>2010</b>	1	7%
<b>2011</b>	2	14%
<b>2013</b>	1	7%
<b>2014</b>	1	7%
<b>Total</b>	14	98%

Fonte: elaborado pela autora (2020)

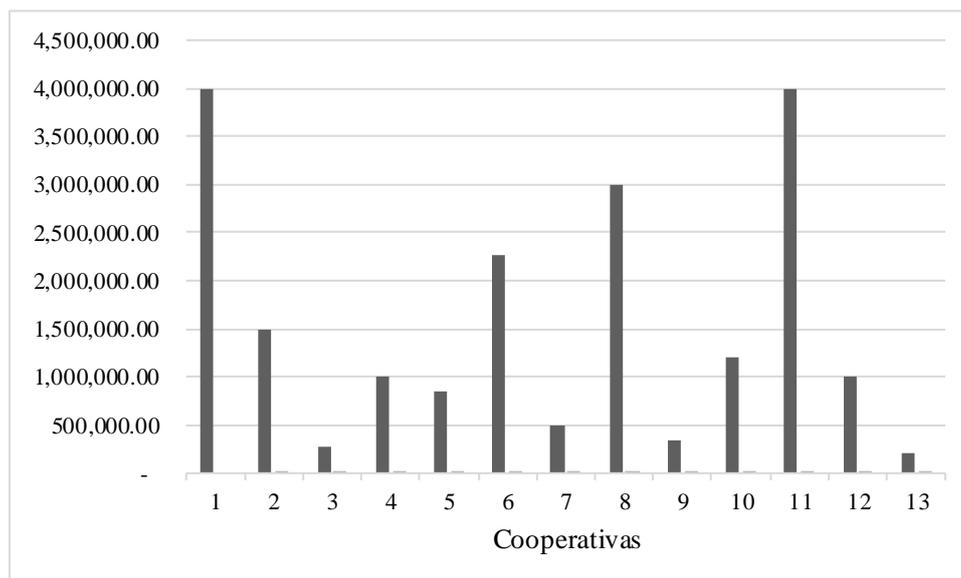
A Figura 1 demonstra que a grande maioria das cooperativas (sete cooperativas) obtém receita anual igual ou inferior a um milhão de reais. O que é muito baixo quando comparado aos dados da OCESC. Em 2018 a receita média das cooperativas do ramo agropecuário no estado de Santa Catarina foi de 22 milhões de reais (OCESC, 2018). No mesmo período, as cooperativas agropecuárias apresentaram um crescimento de 9,23% nas suas receitas totais, quando comparado com 2017. Isso ocorreu devido a recuperação, após período de crise que impactou diversos ramos no estado, como a greve dos caminhoneiros e denúncias que afetaram o setor de carnes (OCESC, 2018).

De acordo com Ferreira e Braga (2004), as cooperativas agropecuárias possuem um papel muito importante no sentido econômico e social, pois fornecem aos agricultores alternativas de agregação de valor à produção rural e inserção destes em mercados.

Ao avaliar a situação econômica e financeira de uma cooperativa é importante considerar que as cooperativas são organização sem fins lucrativos, e assim, possuem uma lógica econômica diferente para o seu funcionamento (NETO e NEGANO, 2006).

De acordo com Silva (2003) o cooperativismo brasileiro é amparado pela Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que exige um número mínimo de 20 sócios para a sua constituição e é representado, formalmente, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Figura 1- Receita anual média das cooperativas

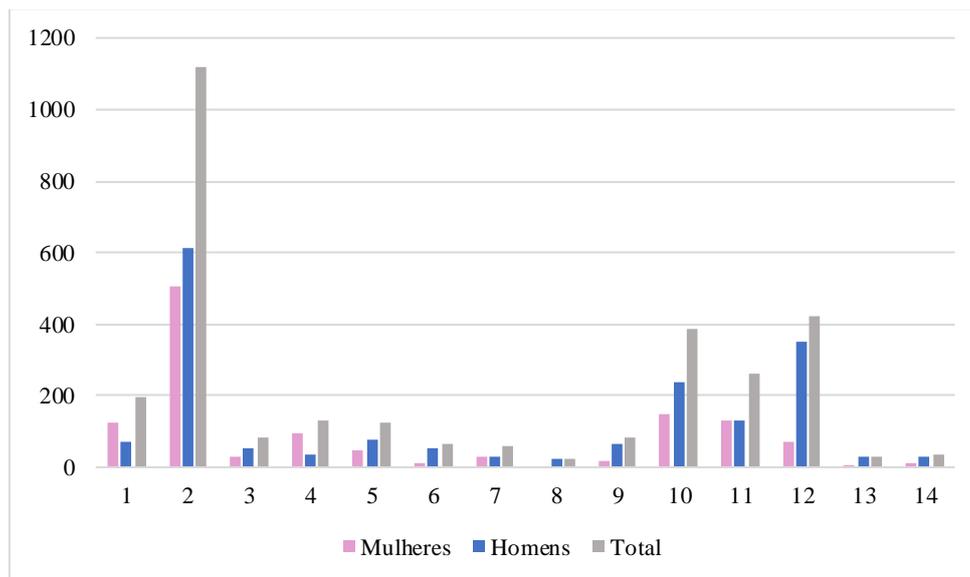


Fonte: elaborado pela autora (2020)

Nota: uma cooperativa não obteve faturamento por impedimentos administrativos

A Figura 2 demonstra que das 14 cooperativas entrevistadas, 11 possuem número de associados homens superior ao número de associadas mulheres, duas possuem mais mulheres e uma cooperativa possui número de associados homens igual ao de associadas mulheres.

Figura 2 - Número de associados homens, número de associadas mulheres e número total de associados



Fonte: elaborado pela autora (2020)

Em média, a prevalência de homens entre as cooperativas entrevistadas é de 63% contra 37% das mulheres (Tabela 4). A pequena participação da mulher também é evidenciada nos dados da OCESC (2018). Dos 71.629 associados nas cooperativas agropecuárias, apenas 7.375 são mulheres, ou seja, apenas 10,29% do total de associados. No entanto, a participação das mulheres apresenta modesta tendência de crescimento, com o incremento de 5,49% entre 2017 e 2018.

Segundo De Oliveira (2018) o cooperativismo é uma importante ferramenta para empoderamento das mulheres, logo a baixa participação destas nestes espaços compromete sua autonomia.

Tabela 4 – Número de associados, participação absoluta e relativa de mulheres e homens

Cooperativas	Número de associados	Participação absoluta		Participação relativa	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1	197	125	72	63%	37%
2	1118	508	610	45%	55%
3	84	30	54	36%	64%
4	130	95	35	73%	27%
5	125	48	77	38%	62%
6	66	10	56	15%	85%
7	60	30	30	50%	50%
8	23	0	23	0%	100%
9	85	20	65	24%	76%
10	385	150	235	39%	61%
11	259	126	133	49%	51%
12	424	72	352	17%	83%
13	30	11	19	37%	63%
14	38	11	27	29%	71%
Média	216	88	128	37%	63%

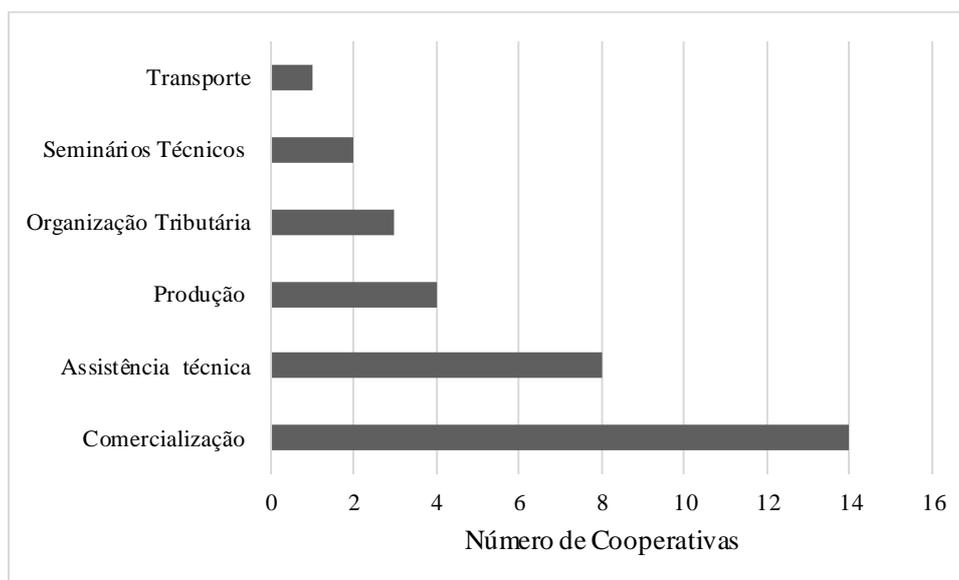
Fonte: elaborado pela autora (2020)

Como pode ser observado na Figura 3, o principal serviço prestado pelas cooperativas é a comercialização dos produtos da agricultura familiar (14 cooperativas). Este é um serviço essencial para o estabelecimento de relações comerciais entre agricultores familiares e diversas cadeias de distribuição de insumos e produtos agrícolas (p.ex. alimentos), assim como mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (PRESNO, 2001).

Outro serviço importante é assistência técnica, realizado por oito cooperativas. Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na agricultura familiar são ferramentas importantes que têm como propósito estimular e apoiar o desenvolvimento rural sustentável, auxiliando os agricultores a vencerem obstáculos, promovendo assim o fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2010).

Outros serviços prestados pelas cooperativas, mas que aparecem com menos frequência são: produção, organização, seminários técnicos e transporte.

Figura 3- Principais serviços prestados pela cooperativa



Fonte: elaborado pela autora (2020)

Os principais produtos comercializados pelas cooperativas são os hortifrutigranjeiros (Figura 4), que são comercializados por todas as cooperativas entrevistadas.

A horticultura é uma atividade muito comum entre os agricultores familiares, a principal vantagem está na relação entre a mão de obra familiar e renda relativamente alta proporcionada pelo cultivo de olerícolas (SILVA, 2017).

Segundo Melo e Vilela (2007), no Brasil as propriedades familiares que possuem menos de 10 hectares são as responsáveis pela maior parte da produção de hortaliças (60%), a atividade exige altos investimentos, porém permite a obtenção de produtividade e renda relativamente elevadas quando comparada ao cultivo de grãos.

A fruticultura também traz benefícios para o agricultor como a diversificação da produção, consumo in natura, transformação pela agroindustrialização para a venda (p.ex. geleias, doces, compotas, sucos) sendo que os mercados que os agricultores constroem não são dependentes como os de grãos ou das integrações as grandes agroindústrias existentes na área da suinocultura e avicultura (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013). As frutas que apareceram com maior frequência nas entrevistas foram maçã, laranja e morango.

Os hortifrutigranjeiros são seguidos pelos panificados (massas e biscoitos), geleias e doces, os quais são comercializados por oito e sete cooperativas,

respectivamente. Os alimentos processados possuem maior valor agregado e por isso são um importante fonte de renda. Uma característica importante no caso das geleias e doces é o reaproveitamento das frutas que não são comercializadas in natura (p.ex. falta de qualidade estética), agregando valor e reduzindo perdas.

Por meio das agroindústrias familiares o agricultor além de ser o fornecedor da matéria prima ainda é aquele que a transforma, podendo assim comercializar os seus próprios produtos de origem vegetal ou animal (AMORIN e STADUTO, 2008).

A agroindústrias familiar rural é definida por Mior (2005, p. 191), como:

“Uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”

A agroindústria é uma importante forma de tornar a agricultura familiar mais competitiva, através da diferenciação dos produtos é possível incrementar a renda da família e também fazer um maior aproveitamento e utilização dos produtos excedentes através da transformação destes (NEUMANN et al., 2007).

Em pesquisa realizada por Oliveira, Prezotto e Voigt (2002) com agroindústrias familiares, 60% das famílias que realizam o processamento da produção destacam a melhoria da renda como principal benefício agroindustrialização.

O agricultor familiar, por sua vez encontra dificuldade em se organizar para legalizar seu empreendimento e colocar seus produtos no mercado regional, nacional e também para exportação (AMORIN e STADUTO, 2008). Neste cenário o papel das cooperativas agropecuárias é de extrema importância para a organização e inserção destes agricultores no mercado.

Entre as 14 cooperativas entrevistadas, seis fazem a comercialização de grãos sendo os principais o feijão e o arroz. A carne é um produto que também tem destaque na comercialização, estando presente em seis das 14 cooperativas, com destaque para a carne bovina, suína e de peixe.

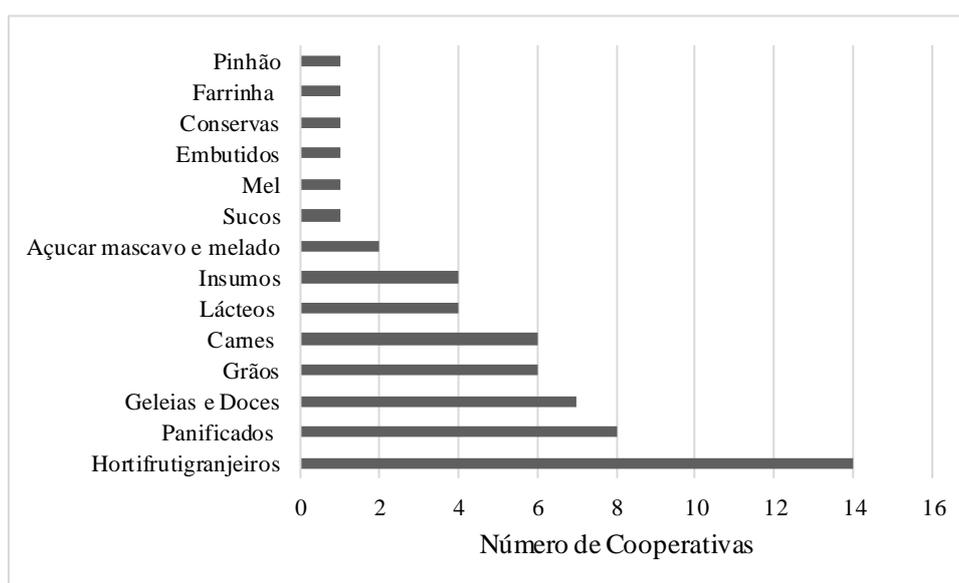
A comercialização de produtos lácteos está presente em quatro das 14 cooperativas, com destaque ao papel das agroindústrias no processamento de leite e seus derivados. Através do leite pode-se obter vários produtos por meio da agroindústria (queijos, nata, manteiga, iogurte), que podem servir de alimentação ao grupo doméstico ou serem vendidos (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013). A relevância da atividade leiteira

para os agricultores se encontra no campo financeiro, pois através da atividade se obtém renda mensal (FERRARI et al, 2005).

A comercialização de insumos, como produtos veterinários, sementes e fertilizantes ocorrem em quatro das 14 cooperativas. Outros produtos também são comercializados pelas cooperativas, mas em menores quantidades entre eles estão açúcar mascavo, melado, sucos, mel, embutido, conservas, farinhas e pinhão.

Os produtos comercializados pelas cooperativas aqui citados, refletem nas atividades que são desenvolvidas pelos seus cooperados.

Figura 4 - Principais produtos comercializados pela cooperativa



Fonte: elaborado pela autora (2020)

No que diz respeito aos principais mercados para venda dos produtos, podemos observar na Figura 5 que um dos mercados mais importantes (para 12 cooperativas) é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o qual tem como objetivo fornecer alimentação escolar para alunos da educação básica, contribuindo para o desenvolvimento, aprendizagem e alimentação saudável (FNDE, 2014). O programa prevê que no mínimo 30% dos alimentos para alimentação escolar adquiridos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam provenientes da agricultura familiar.

Durante a pandemia, com a suspensão das aulas, muitas cooperativas da agricultura familiar tiveram problemas na distribuição e comercialização dos seus produtos, pois em vários locais a alimentação escolar foi totalmente suspensa. Tal

condição resultou na publicação da Lei no 13.987/2020 (BRASIL, 2020) que autoriza a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, durante o período de suspensão das aulas.

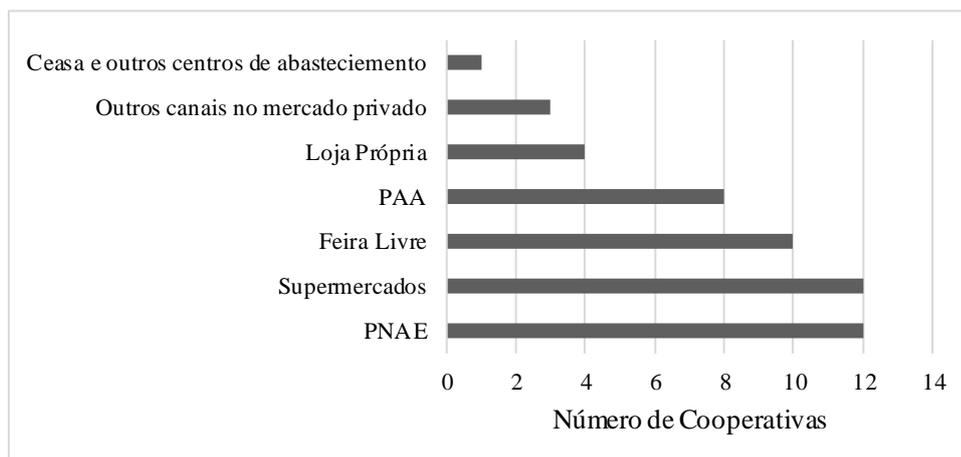
Vendas no varejo (supermercados) também foram destacados por 12 cooperativas. Por serem amplamente distribuídos e por representarem um dos principais mercados para compra de alimentos em centros urbanos, os supermercados são muito atrativos quando se trata das estratégias de comercialização das cooperativas (MARTINS, MARGARIDO, BUENO, 2007).

Outro mercado importante (indicado por dez cooperativas) são as feiras livres, que são espaços que possibilitam a venda direta, dos agricultores para os consumidores, além de representarem oportunidades para socialização e fortalecimento da identidade regional e cultural (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017).

O Programa de Aquisição de alimentos (PAA) também é um importante mercado para venda de produtos agrícolas, estando presente em oito cooperativas. O PAA realiza a compra de produtos da agricultura familiar e os destina para o abastecimento de públicos em vulnerabilidade social (TRICHES; SCHABARUM; GIOMBELLI, 2016). Segundo Gazolla (2004), o programa fomenta a produção e o consumo de alimentos regionais. Trazendo como consequência o resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos e culturas regionais que vão sendo perdidos na medida que a agricultura vai se modernizando.

Com menor importância, também foram citados mercados como loja própria, canais no mercado privado, ceasa e outros centros de abastecimento também foram citados (Figura 5).

Figura 5 - Principais mercados para venda de produtos agrícolas



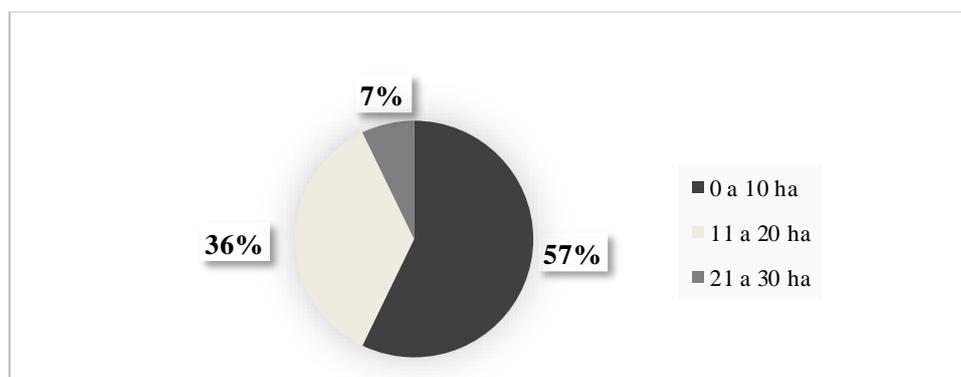
Fonte: Elaborado pela autora (2020)

A grande maioria das propriedades rurais associadas as cooperativas são da agricultura familiar, sendo que 13 cooperativas têm de 91-100% dos associados da agricultura familiar e somente uma cooperativa tem entre 31-50% dos seus associados da agricultura familiar.

Este resultado condiz com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB 2018) onde no Brasil, a maioria dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar (mais de 80%).

No que diz respeito ao tamanho das propriedades rurais, podemos observar na Figura 6 que 57% das propriedades possuem de 0 a 10 hectares, 36% de 11 a 20 hectares e apenas 7% das propriedades possui de 21 a 30 hectares ou seja, a grande maioria de das propriedades são de pequeno porte.

Figura 6 - Tamanho das propriedades rurais



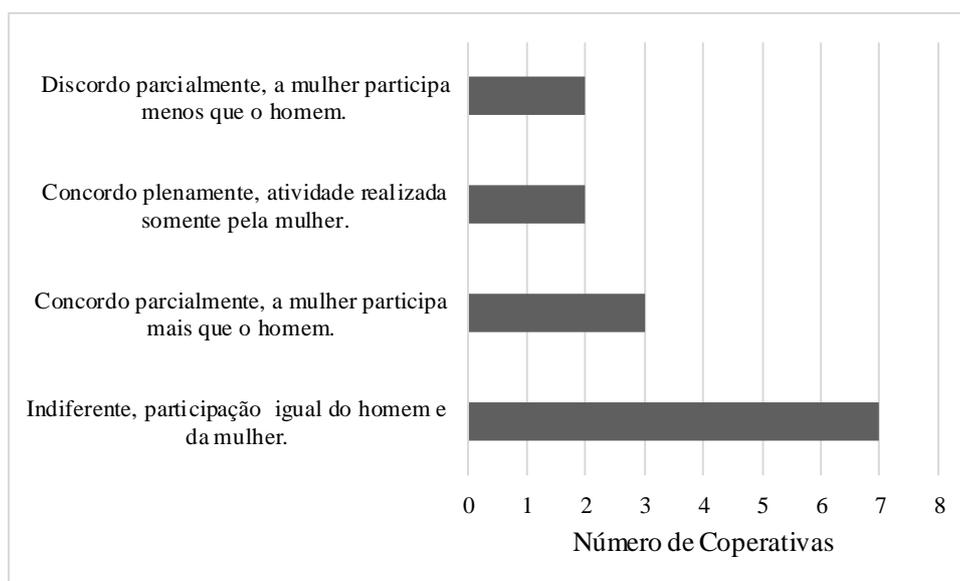
Fonte: Elaborado pela autora (2020)

A maioria dos agricultores (71%) possui entre 41 a 65 anos e 29% entre 27 e 40 anos. O envelhecimento da população rural é um problema muito grave principalmente na agricultura familiar, pois este tipo de agricultura se reproduz socialmente por meio da sucessão (passagem dos negócios dos pais para os filhos sucessores) e pela herança (passagem do patrimônio entre os sucessores e demais filhos) (GASSON; ERRINGTON, 1993). Logo, o perfil etário das famílias, caracterizado por pessoas mais velhas, é um indicativo da falta sucessão. Neste sentido, as cooperativas manifestaram preocupação com falta de sucessão entre seus associados.

Quando questionadas sobre a importância da mulher nas atividades agrícolas que são desenvolvidas pelos associados (Figura 7), sete cooperativas responderam que a participação da mulher ocorre de forma igual a do homem, três cooperativas responderam que a mulher tem mais participação nas atividades agrícolas que o homem, duas responderam que a atividade agrícola é realizada somente pela mulher, e duas cooperativas responderam que a mulher participa menos que o homem.

Embora as cooperativas reconheçam a importância da mulher no desenvolvimento das atividades agrícolas, a participação delas (como veremos nas próximas seções) nas decisões da cooperativa é relativamente pequena.

Figura 7 - Importância da mulher nas atividades agrícolas desenvolvidas pelos associados



Fonte: elaborado pela autora (2020)

Conforme a Figura 8, em 13 cooperativas, a atividade mais desempenhada pelas mulheres é a produção hortifrutigranjeiros, que também é a atividade mais importante para as cooperativas (como pode ser observado na Figura 4).

Já a agroindústria está presente em 10 cooperativas, se mostrando como uma importante atividade para as mulheres. Niclele e Waquil (2011) em sua pesquisa encontraram que em 79% das agroindústrias pesquisadas as mulheres são responsáveis pelo seu gerenciamento, ou seja, a agroindústria fica sob responsabilidade das mulheres e sem elas, segundo os entrevistados, as agroindústrias nem teriam iniciado suas atividades.

Da mesma forma na Figura 4 a agroindústria mostrou ser uma importante atividade para a industrialização dos principais produtos produzidos pelas cooperativas como panificados, geleias, doces e produtos lácteos.

A atividade leiteira também se destacou entre as mulheres, sendo citado por sete cooperativas. A produção de leite é umas das poucas atividades agropecuárias que garante uma renda mensal aos agricultores (as), por isso possui uma importância muito grande (SCHMITZ, 2014).

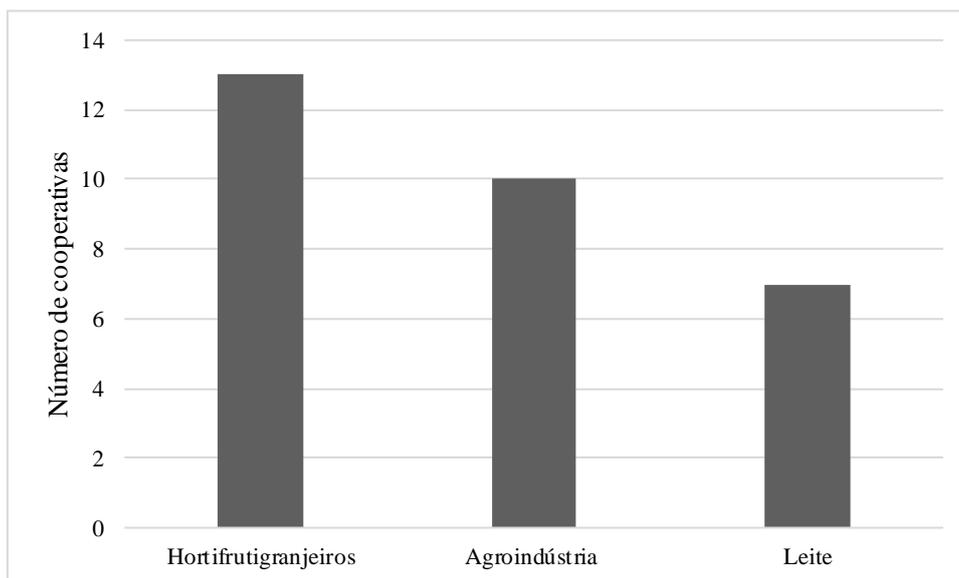
De acordo com estudo realizado por Deser (1996), na região Sul do Brasil as mulheres são responsáveis pela maioria do trabalho na produção de leite, porém elas não participam das tomadas de decisão (venda, assistência técnica...), não recebem remuneração, e não participam de funções sindicais e assembleias.

Segundo a FAO (2012), as mulheres são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos que chegam às mesas em todo o mundo, e em países menos desenvolvidos há maior presença delas na economia agrícola – mais de 70,0% das mulheres economicamente ativas trabalham na agricultura.

Em Santa Catarina as atividades produtivas com que as mulheres mais se envolvem são bovinocultura de leite, olericultura, suinocultura, turismo rural, agroecologia, pesca, maricultura e agroindústria (SCHWENGBER, 2018).

Apesar de as mulheres possuírem protagonismo nas atividades mais importantes desenvolvidas pela cooperativa, como pode ser observado na Figura 8, Silva e Schneider (2010) enfatizam que o trabalho realizado por elas é pouco reconhecido quanto à contribuição deste nas unidades familiares de produção. Essa falta de reconhecimento é o motivo principal da invisibilidade do trabalho feminino dentro do setor produtivo

Figura 8 – Atividades produtivas nas quais a mulher se destaca



Fonte: elaborado pela autora (2020)

Conforme dados da Tabela 5, podemos observar a participação no conselho fiscal é em grande maioria composta por homens (nove cooperativas), sendo que em três cooperativas a participação de homens e mulheres ocorre de forma igual e em apenas uma cooperativa a participação da mulher é maior que a do homem.

O mesmo ocorre quando analisamos a participação no conselho administrativo (Tabela 5) a qual composta principalmente por homens (10 cooperativas), em 3 cooperativas a participação de homens e mulheres ocorre com a mesma frequência, e em nenhuma cooperativa a participação feminina se sobressai a masculina.

Tanto no conselho fiscal quanto no administrativo, a participação masculina média é duas vezes superior à das mulheres (Tabela 5).

Tabela 5 – Participação de homens e mulheres no conselho fiscal e administrativo

Cooperativas	Conselho Fiscal (%)		Conselho Administrativo (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>1</b>	60,00	40,00	50,00	50,00
<b>2</b>	50,00	50,00	55,55	44,44
<b>3</b>	66,66	33,33	71,42	28,57
<b>4</b>	83,33	16,66	50,00	50,00
<b>5</b>	100,00	0,00	83,33	16,66
<b>6</b>	83,33	16,66	71,42	28,57
<b>7</b>	66,66	33,33	85,71	14,28
<b>8</b>	83,33	16,66	71,42	28,57
<b>9</b>	50,00	50,00	75,00	25,00
<b>10</b>	33,33	66,66	50,00	50,00
<b>11</b>	66,66	33,33	83,33	16,66
<b>12</b>	50,00	50,00	72,72	27,27
<b>13</b>	75,00	25,00	75,00	25,00
<b>Média</b>	66,79	33,20	68,84	31,15

Fonte: elaborado pela autora (2020)

Nota: uma cooperativa não respondeu a pergunta

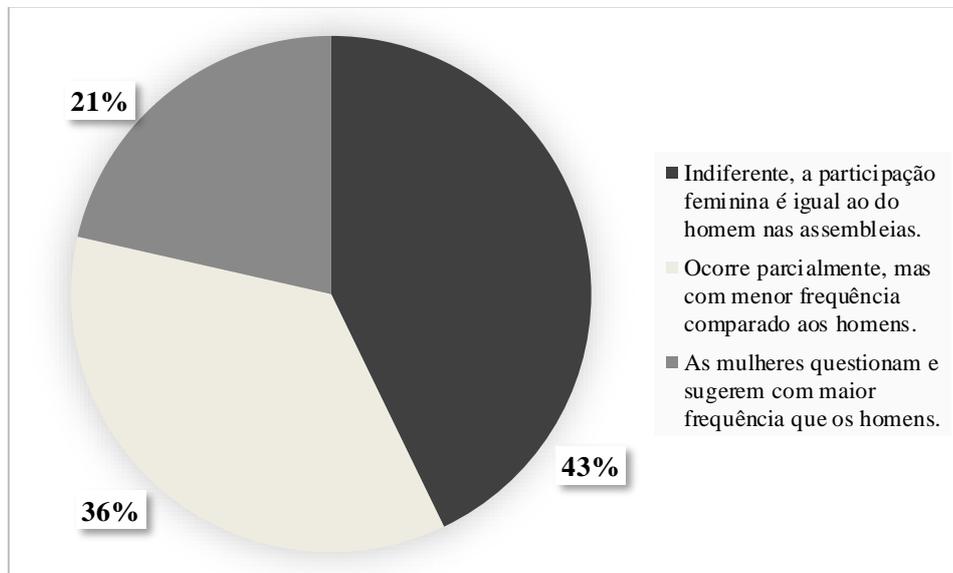
A participação das mulheres nas assembleias, para a grande maioria das cooperativas (11 das 14 cooperativas), é menor que 30% dos presentes (total de participantes), somente para três cooperativas a participação feminina nas assembleias é superior a 30%. Portanto, as decisões são tomadas pelos homens, presentes em proporção de pelo menos 70%.

Já a participação das mulheres nas discussões realizadas nas assembleias (Figura 9), ocorre de forma equivalente ou com menor frequência (para 11 cooperativas), ou seja, as opiniões e perguntas são majoritariamente masculinas, o que corrobora com os dados de participação em assembleia. Somente três cooperativas consideram que as mulheres participam mais nas discussões que os homens conforme podemos observar na Figura 9.

Dessa forma podemos perceber que embora as mulheres possuam grande importância nos processos de produção agropecuário, a invisibilidade e reconhecimento do seu trabalho premasse. Segundo De Melo (2010) o não reconhecimento da mulher como agricultora familiar, além de contribuir para a sua exclusão também dificulta a sua inserção nos espaços de poder e decisão. Reconhecer a mulher como trabalhadora rural, tanto no âmbito da família, como no espaço público, significa romper uma barreira histórica e cultural, construída a partir da divisão sexual do trabalho. Não considerar a mulher agricultora familiar nos espaços de tomada de decisão como as cooperativas é

caminhar na contramão do desenvolvimento rural sustentável, pois as mulheres são participantes ativas das atividades produtivas e reprodutivas realizadas nas propriedades.

Figura 9 – Participação da mulher nas discussões realizadas durante a assembleia geral



Fonte: elaborado pela autora (2020)

Tendo em vista a baixa participação da mulher nas cooperativas, para que elas consigam ocupar posições de destaque, precisam vencer inúmeros obstáculos. É fundamental o desenvolvimento de iniciativas que fortaleçam a participação das mulheres nas instâncias de decisão e explorem suas potencialidades (GRADE e BASSO, 2019).

Nesse sentido, apenas quatro cooperativas possuem iniciativas para promoção do seu quadro social de mulheres. E mesmo as iniciativas existentes têm pouca aderência com a expansão da participação da mulher e, principalmente, sua participação nas instâncias de tomada de decisão e administração na cooperativa (p.ex. no conselho de administração). Os programas consistem no desenvolvimento de atividades relacionadas ao cultivo e uso de plantas medicinais, cursos de capacitação técnica e coletivos femininos.

As quatro cooperativas que desenvolvem programas para fomentar a participação das mulheres apresentam pequena participação de mulheres nas instâncias de tomada de decisão, isso pode ser um indicativo de que estas cooperativas reconhecem tal fato e através destes programas buscam estratégias para aumentar a participação feminina dentro da cooperativa.

A ausência de estratégias cooperativas para promoção da mulher compromete não somente a autonomia e o empoderamento da mulher, mas também o desenvolvimento da cooperativa. Em cada propriedade rural associada a cooperativa, na sua grande maioria, existe uma família, composta por homens e mulheres, nas quais a mulher desempenha papel de protagonismo nas atividades relevantes para cooperativa.

Ao não reconhecer a importância da mulher para a cooperativa, nas discussões e tomadas de decisão relativas ao trabalho que elas desenvolvem, a cooperativa deixa de reconhecer seu principal capital, que é a mulher.

## 5. CONCLUSÃO

Os resultados indicam que a participação feminina na gestão da cooperativa, seja no conselho de administração, fiscal ou na assembleia geral é pequena. A frequência média de homens nestas instâncias da cooperativa é aproximadamente duas vezes superior às mulheres.

Apesar da baixa participação feminina, as cooperativas reconhecem que as mulheres são as principais responsáveis pelas atividades econômica desenvolvidas, com destaque para hortifrutigranjeiros, agroindústria e leite. A clara contradição entre o papel da mulher na etapa produtiva (agrícola) e decisória (cooperativa) é um indicativo da desigualdade de gênero nas cooperativas da agricultura familiar estudadas.

Algumas cooperativas (28%) desenvolvem estratégias para a promoção da mulher. No entanto, estas as iniciativas têm pouca relação com ações efetivas de empoderamento feminino, com foco no aumento da participação das mulheres nas instâncias de tomada de decisão (i.e., assembleia geral, conselho fiscal e diretoria).

## 6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Seminário Nacional de Assistência Técnica e extensão Rural, 1997, Brasília, DF. **GIPAF. Uma nova extensão para a agricultura familiar-anais. Brasília: PNUD**, 1997.

AIMTR-SUL. **Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento**. Cartilha de formação. n. 1, agosto de 1994.

ALLEN, Kerrie Elizabeth. The social space (s) of rural women. **Rural Society**, v. 12, n. 1, p. 27-44, 2002.

AMORIM, Luci Suzana Bedin; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29. 2008. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpica/publicar/REA1-0708a2.pdf> Acesso em: 05 fev. 2021.

ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

ARZABE, Cristina et al. Esforços para a igualdade de gênero no mundo, no Brasil e na Embrapa. **Igualdade de gênero**, p. 11. 2018.

BALDISSARELLI, Juciele Marta et al. A inserção das mulheres no cooperativismo videirense. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, v. 7, n. 1, p. 80-94, 2018.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Vol. 2 n.º 1, p. 68-80, 2005.

BRANDTH, Berit. Agricultural body-building: Incorporations of gender, body and work. **Journal of Rural Studies**, 17-27, 2006.

BRASIL. Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação. **Merenda escolar**. Brasília: FNDE, 2014. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Lei 13.987 de 07 de abril de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>. Acesso em: 05 fev 2021.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, De 24 De Julho De 2006**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em 05 jan 2021.

BRASIL. **Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016**. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 19 out 2020.

Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura familiar**. 2018. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=1>. Acesso em: 09 jan 2021.

- COPA (Comitê das Organizações Profissionais Agrícolas da CEE). **As mulheres na agricultura**. Bruxelas, mimeo. 1988.
- DA CUNHA, Marcia Borin et al. As mulheres na ciência: o interesse das estudantes brasileiras pela carreira científica. **Educación química**, v. 25, n. 4, p. 407-417, 2014.
- DE MELO, Lígia Albuquerque. **A mulher agricultora: relação íntima com a água**. 2010.
- DE MELO, Paulo César Tavares; VILELA, Nirlene Junqueira. **Importância da cadeia produtiva brasileira de hortaliças**. 2007.
- DE HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.
- DESER – CEMTR. DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. COMISSÃO ESTADUAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO PARANÁ. **Gênero e Agricultura Familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. 1. ed. Curitiba, 1996.
- DE OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery et al. Cooperação e empoderamento feminino: análise do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) em uma cooperativa agrária no Paraná: Cooperation and female empowerment: analysis of the Gender Empowerment and Development Index (IEDG) in an agrarian cooperative in Paraná, Brazil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 630-655, 2018.
- ESTEVAM, D. de O.; LANZARINI, J. J. S. & KULKAMP, R. **Estudo do caso da Cooperativa de produção agroindustrial dos agricultores familiares de Forquilha – SC (COONAFOR)**. Sociedade e Desenvolvimento Rural. 2011.
- FAO. Food and Agriculture Organization. **A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro**. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1238916/>. Acesso em: 10 jan 2021.
- FARIAS, Cleusa. Maria.; GIL, Marcelo. Freitas. Cooperativismo. Pelotas: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.
- FERREIRA, Marco Aurélio Marques; BRAGA, Marcelo José. Diversificação e competitividade nas cooperativas agropecuárias. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 4, p. 33-55, 2004.
- FERRARI, Dilvan Luiz et al. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. **Informações Econômicas, São Paulo**, v. 35, n. 1, p. 22-36, 2005.
- GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth et al. **As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): trabalho, família e projetos de vida**. 2009.
- GASSON, Ruth.; ERRINGTON, Andrew. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GASSON, Ruth.; SHAW, A e WINTER, M. **Characteristics of farm household pluriactivity in East and Mid Devon**. Cirencester: Center for Rural Studies, Occasional paper no. 19. 1992

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 287 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GIANEZINI, Miguelangelo. O cooperativismo e seu papel no processo de desenvolvimento local: experiências no médio norte de Mato Grosso. **Economia Solidária e Ação Cooperativa-ESAC**, v. 5, n. 1, p. 37-50, 2010.

GRADE, Maíra Soalheiro; BASSO, Dirceu. O cooperativismo enquanto instituição para o enfrentamento à desigualdade de gênero no meio rural. **Orbis Latina**, v. 9, n. 1, p. 157-171, 2019.

KERGOAT, Danièle. "**Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**". In: H. Hirata (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário de 2017**. Acesso 2020 Set 21. Disponível em: <  
[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf) >

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. v. 2, 2018.

LAUSCHNER, Roque. **Cooperativismo e agricultura familiar**. Outubro, 1994.

LEAL, Adriana Ribeiro; COTRIM, Décio. **A Inserção das Mulheres no Cooperativismo: estudo de caso COOMAFITT**. Rio Grande do Sul, 2013.

MARCONE, Stefânia. **Gênero e igualdade: estratégia e desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo**. Relatório final I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo. Brasília. p. 23-38, 2009.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

MARTINS, Vagner Azarias; MARGARIDO, Mario Antonio; BUENO, Carlos Roberto Ferreira. Alteração no perfil de compra de frutas, legumes e verduras nos supermercados e feiras livres na cidade de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 37, n. 2, p. 30-37, 2007.

- MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 338 p. 2005.
- NETO, Sigismundo Bialoskorski; NAGANO, Marcelo Seido; DA COSTA MORAES, Marcelo Botelho. Utilização de redes neurais artificiais para avaliação socioeconômica: uma aplicação em cooperativas. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 41, n. 1, p. 59-68, 2006.
- NEUMANN, Pedro Selvino et al. A agroindústria familiar de vinho na região da quarta colônia do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Inclusão Social, 2007.
- NICHELE, Fernanda Severo; WAQUIL, Paulo Dabdab. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Ciência Rural**, v. 41, n. 12, p. 2230-2235, 2011.
- NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **Anais**, p. 1-12, 2016.
- OCESC. **Prestação de contas e relatório de atividades**. Florianópolis. 10 p. 2016.
- OCESC. **Prestação de contas e relatório de atividades**. Florianópolis. 10 p. 2018.
- OIT, Organização internacional do Trabalho. **Perspectivas sociales y del empleo en el mundo: tendencias del empleo femenino** Tendencias. 75 p. 2017. Disponível em: < [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms\\_557080.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_557080.pdf) > Acesso em: 16 set 2020.
- OLIVEIRA, João Antônio; PREZOTTO, Leomar Luis; VOIGT, Leandro. . **Diagnóstico e potencial das agroindústrias familiares do Estado do Rio Grande do Sul**. Florianópolis/SC. 2002.
- PAULILO, Maria Ignez et al. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 15-38, 2003.
- PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.
- PEREIRA, Viviane; BRITO, Tayrine; PEREIRA, Samanta. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/383/239> . Acessado em 09 fev. 2021.
- Pires, M. L. L. S. **O Cooperativismo Agrícola Como Uma Forma de Neutralizar as Desvantagens Competitivas da Agricultura Familiar. Em análise a Coopercaju**. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2010.
- PRESNO, Nora. **As cooperativas e os desafios da competitividade**. Estudos Sociedade e Agricultura, 2001.

- REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.
- RIGOLIN, Camila Carneiro Dias; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, M. C. P. I. Métricas da participação feminina na ciência e tecnologia no contexto dos INCTs: primeiras aproximações. *Liinc em Revista*, v. 9, n. 1, p. 143- 170, maio 2013.
- SABOURIN, Eric. **Associativismo, Cooperativismo e Economia solidária no meio rural**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 6. n. 23, 2006.
- SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 2, p. 390-405, 2014.
- SCHMITZ, Aline Motter et al. **O trabalho das mulheres agricultoras familiares na atividade leiteira**. 2014.
- SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. SciELO-Editora da UFRGS, 2003.
- SCHWENGBER, Isabela. Mulheres no comando. **Agropecuária Catarinense**, v. 31, n. 1, p. 20-26, 2018.
- SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 2, p. 13-32, 2011.
- SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. **Gênero e geração em contextos rurais**, p. 183-208, 2010.
- SILVA, Emanuel Sampaio et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **Revista uniRcoop**, v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003.
- SILVA, Monica Nardine et al. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 47, 2017.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 253-267, 2004.
- SUÁREZ, Nelly del Carmen. Procesos y dinámica rurales. Una lectura desde el enfoque de género. **Revista Luna Azul**, 27, 94-103, 2008.
- TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. Demanda de Produtos da Agricultura Familiar e Condicionantes para a Aquisição de Produtos Orgânicos e Agroecológicos pela Alimentação Escolar no Sudoeste do Estado do Paraná. Demand for products from family farms and conditions for the acquisition.. **Revista Nera**, n. 31, p. 91-110, 2016.
- UNDP. **Transformando Nosso Mundo**. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. v. 15, 2016. Disponível em: <

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pesso\\_Idosa/Agenda2030.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf) >. Acesso em: 16 set. 2020.

## 7. APÊNDICE - Questionário

### Parte I: Cooperativa.

1. Nome da cooperativa?
2. Região de abrangência da cooperativa onde atua? (ex: municípios e/ou regiões do estado)
3. Ano de fundação da cooperativa?
4. Receita anual média da cooperativa (Reais/Ano)?
5. Número total de associados (registrados na cooperativa)?
6. Número de associadas mulheres?
7. Principais serviços prestados pela cooperativa? (ex: assistência técnica, produção, comercialização etc.)
8. Principais produtos comercializados pela cooperativa?
9. Principais mercados para vendas dos produtos produzidos pelos associados (mais de uma alternativa pode ser escolhida)?  
*Marque todas que se aplicam.*  
 Feira livre  
 Varejo local (restaurantes, sacolão, hotéis)  
 Supermercados  
 Loja própria  
 Ceasa e outros centros de abastecimento  
 Atacado  
 Exportação  
 Outros canais no mercado privado  
 PAA  
 PNAE  
 Outros mercados institucionais

### Parte II: Associados

10. Perfil das propriedades associadas (Agricultura familiar ou patronal)?  
*Marcar apenas uma alternativa.*  
 0 -10% familiar  
 11-30% familiar  
 31-50% familiar  
 51-70% familiar  
 71-90% familiar  
 91-100% familiar

11. Tamanho das propriedades rurais (área média da maioria [mais de 50%]) associadas?

*Marcar apenas alternativa.*

0 a 10 ha

11 a 20 ha

21 a 30 ha

31 a 40 ha

41 a 50 ha

51 a 60 ha

mais de 60 ha

Outro:

12. Idade média da maioria (mais de 50%) dos agricultores associados?

*Marcar apenas uma alternativa.*

15 a 20 anos

21 a 26 anos

27 a 40 anos

41 a 65 anos

66 anos ou mais

13. Atividades mais comuns desenvolvidas pelos associados (mais de uma alternativa pode ser selecionada)

*Marque todas que se aplicam.*

Leite

Grãos

Agroindústria

Fruticultura

Olerícolas (legumes e verduras)

Suínos

Aves

Gado de corte

14. A sucessão familiar é uma preocupação entre os associados?

Não é uma preocupação, mais de 80% espera ter sucessores na família. 1 2 3 4 5 É uma preocupação, menos de 20% espera

### Parte III: Mulheres

15. As mulheres têm importância (participação) nas atividades agrícolas desenvolvidas pelos associados?

*Marcar apenas uma alternativa.*

Discordo plenamente, não há participação da mulher.

Discordo parcialmente, a mulher participa menos que o homem.

Indiferente, participação igual do homem e da mulher.

Concordo parcialmente, a mulher participa mais que o homem.

Concordo plenamente, atividade realizada somente pela mulher.

16. Em quais atividades as mulheres se destacam (maior participação)? (mais de uma alternativa pode ser escolhida).

*Marque todas que se aplicam.*

Leite

Grãos

Agroindústria

Fruticultura

Olerícolas (legumes e verduras)

Suínos

Aves

Gado de corte

17. Quantas pessoas participam do conselho fiscal? Quantas são mulheres?

18. Quantas pessoas participam do conselho administrativo? Quantas são mulheres?

19. Há participação de mulheres em outras funções administrativas ou de direção na cooperativa? Se sim, quantas?

20. Como avalia a participação das mulheres associadas nas assembleias gerais?

*Marcar apenas uma alternativa*

Não comparecem

1-10% dos presentes são mulheres

11-20% dos presentes são mulheres

21-30% dos presentes são mulheres

31-40% dos presentes são mulheres

41-50% dos presentes são mulheres

51-60% dos presentes são mulheres

61-70% dos presentes são mulheres

71-80% dos presentes são mulheres

81-90% dos presentes são mulheres

91-100% dos presentes são mulheres

21. Como avalia a participação das mulheres nas discussões realizadas durante as assembleias gerais?

*Marcar apenas uma alternativa.*

Não questionam ou fazem sugestões.

Ocorre parcialmente, mas com menor frequência comparado aos homens.

Indiferente, a participação feminina é igual ao do homem nas assembleias.

As mulheres questionam e sugerem com maior frequência que os homens.

Somente as mulheres questionam e sugerem.

22. A Cooperativa realiza atividades que envolvem as mulheres? Quais?

23. Existem programas na cooperativa para fomentar a participação das mulheres? Se sim, quais?